

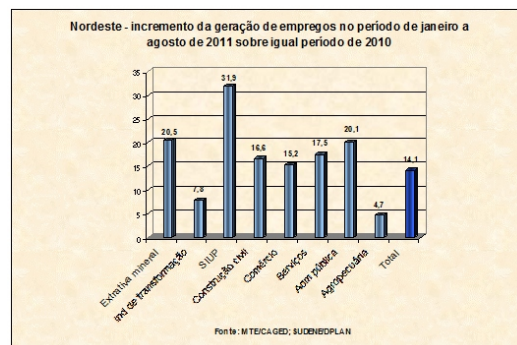
Emprego e Rendimento

Emprego formal no Nordeste em 2011 (janeiro/agosto)

Geração de emprego

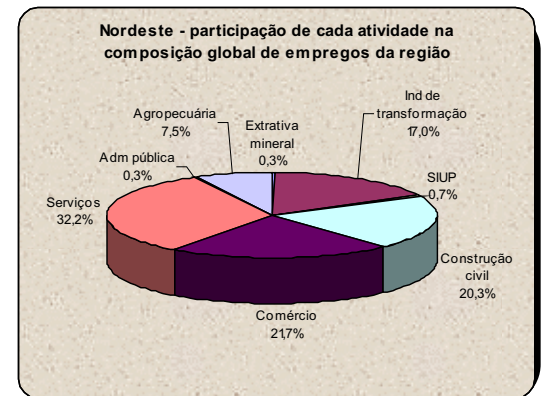
Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED*), a oferta de emprego formal no Nordeste cresceu 14,1%, no período de janeiro a agosto de 2011, em relação ao mesmo período do ano passado, representando uma elevação de 3.113.571 para 3.553.709 no número de vagas.

Este comportamento foi impulsionado pelos serviços industriais de utilidade pública, que incluem a energia elétrica e o abastecimento de água (31,9%), extrativa mineral (20,5%), administração pública (20,1%), serviços (17,5%), construção civil (16,6%) e comércio (15,2%). Abaixo da média regional ficaram a indústria de transformação, com 7,8%, e a agropecuária, com 4,7%.

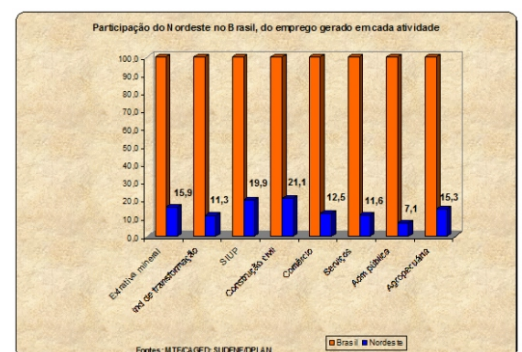


De acordo com os dados, a participação de cada atividade na composição global de empregos da região seguiu o seguinte perfil: serviços, 32,2%; comércio, 21,7%; construção civil, 20,3%; indústria de transformação, 17,0%; agropecuária, 7,5%; serviços industriais de utilidade pública, 0,7%; e extrativa mineral e administração pública, 0,3%, cada uma.

* O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.



O Nordeste gerou 13,2% dos empregos nacionais. A construção civil nordestina ocupou 21,1% das vagas de emprego na atividade, no país, e, a administração pública, 7,1%. Em relação a esta última atividade, cabe lembrar que o CAGED registra somente os empregos geridos pela CLT.

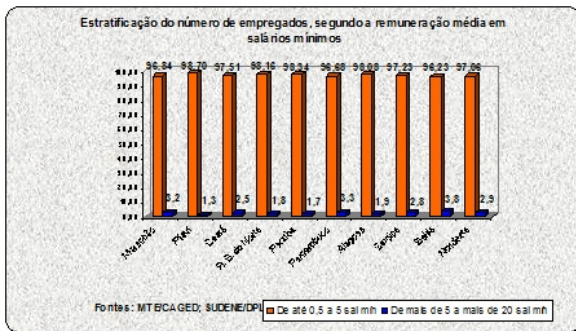


As demais atividades tiveram as seguintes participações: serviços industriais de utilidade pública, 19,9%; extrativa mineral, 15,9%; agropecuária, 15,3%; comércio, 12,5%; serviços, 11,6%; e indústria de transformação, 11,3%.

No período, os três principais estados nordestinos, Ceará, Pernambuco e Bahia, foram responsáveis pela geração de mais de 2/3 dos empregos na região. O primeiro participou com 17,7%; o segundo, com 21,1%; e o terceiro, com 29,3%. A seguir ficaram o Maranhão, com 7,0%; Rio Grande do Norte, com 6,8%; Paraíba e Alagoas, com 5,2%, cada um; Sergipe, com 4,0% e Piauí, com 3,8%.

Rendimento

Neste segmento foi abordado o comportamento do rendimento, segundo o número de empregados formais por faixa de remuneração média em salários mínimos.



O número de empregados foi distribuído em doze níveis de salários mínimos, que evoluem em quantidade, e, por conseguinte, valor. Os níveis refletem a quantidade de empregados que recebem de menos de 0,5 salário mínimo a mais de 20 salários mínimos.

Observando-se esta estratificação, constatou-se que no período de janeiro a agosto de 2011, em relação ao mesmo período do ano anterior, cerca de 97% dos empregados do Nordeste estavam concentrados nos estratos compreendidos entre menos de 0,5 salário mínimo até 5,0 salários mínimos.

Por estado, a menor concentração foi observada na Bahia, em que 96,23% dos empregados formais auferiram até cinco salários mínimos. E a maior, no Piauí, em que 98,7% dos empregados estavam inseridos nessa faixa.

Na tentativa de identificar uma possível mobilidade entre os segmentos de remuneração, observou-se que no período de janeiro a agosto de 2011, comparado com o mesmo período de 2010, o número de empregados formais que receberam até cinco salários mínimos caiu 0,04%, enquanto que o conjunto de empregados que recebeu acima de cinco salários mínimos cresceu 1,4%. Os dados expressam a mobilidade da mão de obra em direção a outras faixas de maior remuneração.

Com relação aos estados, a maior mobilidade foi percebida no Rio Grande do Norte, em que o número de empregados inserido nos estratos compreendidos entre cinco e mais de vinte salários mínimos cresceu 17,9%. A situação inversa aconteceu no Piauí e na Bahia, em que o número de empregados inserido nesses estratos mais elevados de remuneração caíram 29,7% e 9,4%, respectivamente.

Os demais estados apresentaram os seguintes crescimentos: Pernambuco, 14,1%; Ceará, 12,2%; Maranhão, 8,6%; Paraíba, 3,1%; Alagoas, 0,5%; e Sergipe, 0,0%.

Conclusão

O número de ocupações de emprego formal do Nordeste cresceu 14,1%, entre janeiro e agosto de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, demonstrando a vitalidade da região quanto à criação de empregos. Porém, entre janeiro e abril de 2011, sobre igual período de 2010, o crescimento da atividade foi de 14,7%. O comportamento das duas taxas leva a concluir que houve um certo abrandamento no dinamismo do emprego.

As economias americana, europeia e japonesa vêm passando por um processo de forte desaceleração, com rebatimentos no resto do mundo e, conseqüentemente, na economia brasileira.

Na tentativa de protegê-la, o governo vem adotando medidas de cunho macroeconômico, no sentido de procurar manter a dinâmica da economia, com reflexos na manutenção do emprego e da renda.

Uma proposta defendida pelo governo é o fortalecimento do mercado interno por meio do aumento do consumo, como forma de minimizar os efeitos da crise mundial para o país.

Isso tem ficado evidente com a política de redução gradativa na taxa de juros.

Além dessa, outras medidas vêm sendo adotadas pelo governo como forma de proteger o mercado interno e a indústria nacional.

Uma, foi o lançamento do Plano Brasil Maior, que estabelece normas para desonerar a folha de salários, um dos principais entraves alegados pelos empresários para a falta de competitividade dos produtos nacionais. Outra, foi a adoção de barreiras para a importação de veículos.

Boletim Conjuntural

Equipe Técnica

Publicação da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Coordenação de Gestão da Informação Para o Desenvolvimento

Frederico Augusto de A. Cavalcanti (Coordenador)
José Luis Alonso da Silva (Responsável)
Lutemberg F. de A. Santana (Estagiário)

Designer - Assessoria de Comunicação Social
Charlene Vitor de Farias (Estagiária)

Revisão e Edição
Shirley Dantas Câmara

Dilma Vana Roussef
Presidente da República

Fernando Bezerra de Souza Coelho
Ministro da Integração Nacional

Paulo Sérgio de Noronha Fontana
Superintendente da SUDENE

Guilherme Maia Rebouças
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas